

Procedimentos Europeus Transfronteiriços

Caso prático II: “Diferentes procedimentos Europeus – qual o Regulamento a aplicar?”¹

Caso prático

O Sr. Egons Miesnieks é um cidadão da Letónia que reside em Lisboa, Portugal. Em 2 de maio de 2014, tinha um voo programado na Baltic Jet Airways (BJA), do Aeroporto da Portela, em Lisboa, para Riga (Letónia), onde ia assistir ao casamento de um grande amigo seu, que o tinha convidado para ser padrinho. Infelizmente, o voo teve um atraso superior a 5 horas. A companhia aérea avisou que o atraso era devido a "circunstâncias extraordinárias provocadas por falhas inesperadas na segurança de voo". Quando o Sr. Miesnieks chegou finalmente a Riga, a cerimónia de casamento tinha acabado e a festa já ia adiantada. Embora o Sr. Miesnieks tenha ainda participado em parte do jantar do casamento e da festa, o seu desapontamento era grande por não ter assistido à cerimónia do casamento.

Enquanto esperava o seu voo de regresso a Lisboa, depois de ter passado dois dias em Riga, o Sr. Miesnieks viu um anúncio no aeroporto, informando os passageiros dos seus direitos no caso de problemas com voos. O anúncio incluía um resumo das disposições do Regulamento da UE 261/2004 sobre o direito dos passageiros de companhias aéreas.

Quando acabou de ler o resumo, o Sr. Miesnieks foi informado que o seu voo de regresso a Lisboa tinha sido "adiado". Após esperar mais 4 horas, o Sr. Miesnieks pode finalmente embarcar no avião com os restantes passageiros. Enquanto isso, a tripulação de bordo anunciava que os problemas eram devidos ao mau tempo noutro aeroporto, onde o avião devia aterrar antes de chegar a Lisboa.

De volta a Lisboa, o Sr. Miesnieks descobriu que a Baltic Jet Airways é uma empresa constituída na Lituânia, com sede em Vilnius. O Sr. Miesnieks mandou alguns e-mails para o departamento de clientes da companhia aérea, solicitando uma compensação pelo atraso.

¹ Caso prático elaborado pelo Prof. Patrick Wautelet, da Universidade de Liège, o qual foi traduzido para a língua portuguesa. O presente caso prático foi adaptado do caso apresentado na ação de formação que decorreu no Centro de Estudos Judiciários nos dias 19 e 20 de março de 2015, organizado pelo CEJ/ERA, denominado “Utilização de Instrumentos Legais da UE na Área Civil – Procedimentos Europeus Transfronteiriços”.

Embora pedindo desculpas pelo inconveniente, a companhia aérea recusa, no entanto, oferecer qualquer compensação. O Sr. Miesnieks duvida da possibilidade de apresentar queixa contra a Baltic Jet Airways num tribunal português. O Sr. Miesnieks duvida igualmente se será capaz de conseguir a execução de uma decisão judicial na Lituânia, onde a Baltic Jet Airways está sediada. Finalmente, o Sr. Miesnieks duvida se o seu pedido não será rejeitado, já que não conservou o talão de embarque, que foi anexado ao cartão de embarque emitido no check-in na Portela.

Secção I: Poderá o Sr. Miesnieks utilizar o processo europeu para ações de pequeno montante com vista à obtenção de uma compensação?

Pergunta 1

O Sr. Miesnieks leu o "Guia prático para a aplicação do Processo Europeu para Ações de Pequeno Montante", publicado em 2013 pela Comissão Europeia. Porém, ele tem ainda algumas dúvidas relativas ao Formulário A que deve apresentar no tribunal. Será que pode solicitar a assistência dos funcionários do tribunal?

Pergunta 2

Depois de ter recebido ajuda do funcionário do tribunal, o Sr. Miesnieks está preparado para apresentar um requerimento utilizando o Formulário A normalizado. No entanto, o Sr. Miesnieks hesita quanto à indemnização pretendida. Ele calculou que, nos termos do Regulamento dos Direitos dos Passageiros dos Transportes Aéreos, tem direito a uma compensação de 500 €. O Sr. Miesnieks gostaria igualmente de obter, além da compensação prevista nesse Regulamento, um montante adicional a título de compensação pelos danos morais sofridos devido ao atraso de seu voo para Riga. Ele considera que, dada a sua estreita ligação com o noivo, os danos podem ser estimados em 2.000 €. Pode o Sr. Miesnieks utilizar o regulamento PEAPM para obter essa compensação?

Pergunta 3

Suponha que o Sr. Miesnieks já não está interessado em obter uma compensação monetária pelos atrasos. O Sr. Miesnieks prefere apenas obter uma compensação em género, ou seja, pretende bilhetes gratuitos para ir novamente a Riga visitar os seus amigos. Será que isso modifica a sua resposta em relação à pergunta 1?

Pergunta 4

Pode o Sr. Miesnieks apresentar o requerimento num tribunal português para obter uma decisão?

Pergunta 5

Suponha que, após uma avaliação aprofundada do tratamento fiscal das suas operações, a companhia aérea muda a sua sede social para Dublin logo após o Sr. Miesnieks ter apresentado o formulário ao tribunal português. Será que esta mudança afeta a sua resposta à pergunta anterior?

Pergunta 6

Deve o Sr. Miesnieks ser obrigado a pagar uma taxa para que o seu formulário seja admissível?

Pergunta 7

Ao receber o formulário de requerimento preenchido pelo Sr. Miesnieks, o funcionário responsável constata que o Sr. Miesnieks não entregou uma cópia do talão de embarque, que estava anexado ao cartão de embarque emitido quando fez o check-in na Portela. Deve o tribunal declarar o pedido manifestamente infundado?

Pergunta 8

O Sr. Miesnieks despendeu muito tempo no seu litígio com a Baltic Jet Airways: primeiro, tentando obter uma compensação por parte da companhia aérea através da troca de vários e-mails e, em seguida, na elaboração do formulário. Ele pensa que o Formulário de Requerimento que apresentou não permitiu apresentar todos os detalhes relevantes ao tribunal. Por essa razão, pediu que se realizasse uma audiência presencial para explicar o conteúdo do formulário.

Pergunta 9

Suponha que o tribunal concluiu que o pedido apresentado pelo Sr. Miesnieks se enquadra no âmbito de aplicação do Regulamento PEAPM. O tribunal também considerou que o Formulário do Requerimento foi devidamente preenchido. O tribunal questiona se pode enviar uma cópia do requerimento à companhia aérea por carta registada, uma vez que tal está previsto nas pertinentes normas do processo civil português.

Pergunta 10

Suponha que a Baltic Jet Airways recebeu o formulário do requerimento. Depois de examinar o pedido, a Baltic Jet Airways decide oferecer ao Sr. Miesnieks uma compensação global como sinal de boa vontade pelos atrasos sofridos. Utilizando o Formulário de Resposta (formulário C), a Baltic Jet Airways responde que não aceita o pedido, mas que está disposta a oferecer o Sr. Miesnieks um pagamento único de 250 €. Assim, a Baltic Jet Airways espera que o Sr. Miesnieks aceite a oferta e desista do pedido.

Pergunta 11

Antes de apresentar o seu pedido, o Sr. Miesnieks enviou alguns e-mails para a companhia aérea e até elaborou uma proposta de acordo que enviou para a companhia aérea. O Sr. Miesnieks também compilou um dossiê, com todos os documentos relevantes. O Sr. Miesnieks gostaria de pedir 100 € para compensar o tempo que despendeu. Para elaborar o seu pedido, o Sr. Miesnieks pesquisou os horários dos voos relativos aos aviões nos quais embarcou de Lisboa para Riga e na viagem de volta. O Sr. Miesnieks subscreveu igualmente uma base de dados relativa a informações sobre condições atmosféricas para verificar se o atraso sofrido na ida para Riga era, de facto, devido a circunstâncias excecionais ligadas ao tempo. Pode o Sr. Miesnieks pedir igualmente o reembolso das despesas efetuadas para a sua pesquisa, que ascendem a 150 €?

Pergunta 12

Suponha que o tribunal português proferiu uma decisão a favor do Sr. Miesnieks após a ausência de resposta da Baltic Jet Airways ao formulário de requerimento. Após receber a notificação da decisão, a Baltic Jet Airways verifica que nunca foi informada sobre o processo, uma vez que não recebeu o formulário de requerimento. Depois de examinar o documento, alega que o formulário de requerimento não foi notificado na morada certa, já que o Sr. Miesnieks inscreveu uma morada errada naquele formulário. Este erro só foi corrigido quando o funcionário judicial verificou os elementos de identificação da Baltic Jet Airways antes de a notificar da decisão. Pode a Baltic Jet Airways, neste momento, contestar a decisão?

Secção II: Pode o Sr. Miesnieks utilizar o Procedimento Europeu de Injunção de Pagamento?

Pergunta 1

Que vantagem tem o Sr. Miesnieks na utilização do Regulamento IPE em vez do Regulamento PEAPM?

Pergunta 2

Suponha que o Sr. Miesnieks não está interessado na obtenção de uma compensação monetária pelos atrasos sofridos durante a sua viagem. O Sr. Miesnieks prefere obter uma compensação em géneros, ou seja, pretende bilhetes gratuitos para viajar novamente até Riga com o intuito de visitar os seus amigos. Será que pode utilizar o Regulamento IPE?

Pergunta 3

Suponha que o Sr. Miesnieks não sofreu apenas atrasos importantes durante a sua viagem para Riga. A sua bagagem foi extraviada no voo para Riga. Assim, o Sr. Miesnieks teve de comprar vestuário novo para assistir ao casamento. O Sr. Miesnieks calculou que, nos termos do Regulamento dos Direitos dos Passageiros, tinha direito a uma compensação de 500 €. O Sr. Miesnieks também gostaria de obter uma compensação pela bagagem extraviada e pelos danos morais sofridos devido ao atraso do seu voo para Riga. Ele calcula que, dada a sua grande amizade com o noivo, o dano pode ser estimado em 2.500 €. Pode o Sr. Miesnieks utilizar o Regulamento IPE para obter reparação?

Pergunta 4

Pode o Sr. Miesnieks demandar em Portugal a Baltic Jet Airways recorrendo ao procedimento europeu de injunção de pagamento?

Pergunta 5

O Sr. Miesnieks questiona-se sobre quais as informações que deve incluir no requerimento de injunção de pagamento que apresentará no tribunal.

Pergunta 6

O Sr. Miesnieks questiona se pode enviar seu pedido por e-mail ou se deve remetê-lo em suporte papel.

Pergunta 7

O Sr. Miesnieks questiona se terá de pagar uma taxa para que o seu pedido seja aceite pelo tribunal português.

Pergunta 8

Após a apreciação do pedido apresentado pelo Sr. Miesnieks, o tribunal conclui que o requerente não indicou, no requerimento de injunção europeia de pagamento, que detém cópias do talão de embarque anexado aos cartões de embarque emitidos pela companhia aérea. Será que o tribunal deve rejeitar o pedido?

Pergunta 9

O Sr. Miesnieks sente-se muito prejudicado pela recusa da companhia aérea em admitir que sofreu danos pelo atraso da viagem a Riga e de volta para Lisboa. Sente igualmente que o pedido de injunção europeia de pagamento não lhe permite relatar todos os factos. Assim, gostaria de solicitar ao tribunal a realização de uma audiência oral. Como deve o tribunal reagir?

Pergunta 10

Qual o prazo que o tribunal tem para proferir uma decisão sobre o pedido de injunção europeia de pagamento?

Pergunta 11

Suponha que o tribunal emitiu a injunção europeia de pagamento. Como deve a mesma ser notificada ao requerido?

Pergunta 12

Suponha que a Baltic Jet Airways recusa pagar o montante exigido pelo Sr. Miesnieks e quer deduzir oposição ao pedido formulado. Deve a Baltic Jet Airways solicitar a assistência de um advogado para elaborar sua resposta contra o pedido do Sr. Miesnieks?

Pergunta 13

Suponha que a Baltic Jet Airways apresentou, no prazo devido, uma declaração de oposição. Quais as diligências que o Sr. Miesnieks deve tomar para que o tribunal emita uma decisão sobre o seu pedido?

Pergunta 14

Suponha que a Baltic Jet Airways não apresentou uma declaração de oposição e que o tribunal português declarou executória a injunção europeia de pagamento, utilizando o formulário G (Anexo VII). Após ter recebido a cópia da injunção europeia de pagamento executória, a Baltic Jet Airways teve conhecimento que o Sr. Miesnieks não embarcou nos dois voos para os quais tinha comprado os bilhetes. Embora tivesse ocorrido de facto um atraso nos dois voos, a Baltic Jet Airways tem provas conclusivas de que o Sr. Miesnieks nunca utilizou os bilhetes. Pode a Baltic Jet Airways usar este argumento para se opor à injunção de pagamento europeia?

Pergunta 15

Suponha que, na ausência de oposição da Baltic Jet Airways após o prazo de 30 dias da notificação, o tribunal português declarou executória a injunção europeia de pagamento utilizando o formulário normalizado G. O Sr. Miesnieks solicita Baltic Jet Airways o pagamento da quantia para a qual a injunção europeia de pagamento executável foi emitida. Ao receber esta informação, a Baltic Jet Airways constata que nunca foi informada sobre o procedimento, pois não recebeu o respetivo requerimento. Depois de examinar o documento, alega que a injunção europeia de pagamento não foi notificada na morada correta, uma vez que o Sr. Miesnieks inscreveu uma morada errada no respetivo pedido. Pode a Baltic Jet Airways impugnar a decisão?